

Não há saída além do aperto monetário, diz Pastore a banqueiros

por Sônia Jourdan
de São Paulo



Affonso Celso Pastore

Affonso Celso Pastore, presidente do Banco Central, ficou das 13h30 às 15 horas de sexta-feira na suíte presidencial do Hotel Caesar Park, local escolhido para um reservado e requintado almoço que lhe ofereceram dirigentes da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid). No cardápio o prato principal foi peixe e na pauta o ponto forte foi o anunciado aperto monetário, discutido com Pastore por convidados ilustres, como Leirão da Cunha, presidente do Banco Montreal de Investimento; Gastão Vidigal, do Mercantil de São Paulo; e Juarez Soares e Carlos Alberto Frederico, é respectivamente vice-presidentes do Real e do Unibanco.

O presidente da Anbid, Ronaldo Cezar Coelho, resumindo os pontos discutidos com Pastore durante o almoço, assinalou ter ficado claro que não resta ao governo outra saída além de um violento aperto monetário no segundo semestre. O movimento aceleradíssimo de formação de caixa determinado pelos superávits comerciais permitiu que a alta da inflação e a expansão da moeda fossem creditadas à inundação de cruzeiros no mercado, resultado da conversão em cruzeiros dos dólares da exportação. "Não há mais como repetir os saldos do primeiro semestre, e a desculpa acabou", disse Coelho, afirmando que o aperto de crédito previsto daqui para frente permite especulações sobre o aumento das taxas de juros.

Caso elas subam, segundo Coelho, um dos curingas do governo seria eliminar o depósito compulsório de 10% sobre o volume captado pelos bancos e remunerado a 6% pelo BC. A Anbid vem-se empenhando em conseguir isso, com o argumento básico de que o compulsório representa um custo adicional de 2% para o tomador.

Também foi discutida com o presidente do BC a questão dos fundos de renda fixa. Ronaldo Cezar

dades têm uma reunião com o diretor da área de mercado de capitais do Banco Central.

RETA FINAL

Na saída do almoço, o presidente do Banco Central revelou que o governo brasileiro está cumprindo os últimos passos protocolares do novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A carta de intenções está sendo redigida e sua divulgação poderá acontecer em dez dias, no máximo quinze, disse Pastore.

Indiferente às afirmações feitas na quinta-feira passada por Norman Bailey — ex-secretário do Conselho de Segurança Nacional dos EUA —, de que várias empresas norte-americanas têm de US\$ 500 milhões a US\$ 1 bilhão em créditos comerciais a receber do Brasil com atraso superior a seis meses, o presidente do BC limitou seus comentários ao seguinte: desconhece estes atrasos e deles não há nenhuma registro no Banco Central.

Bancos americanos ouvidos por este jornal também se mostraram surpresos com a informação, lembrando que nem na fase de centralização do câmbio o País deixou de remeter pagamentos por conta de operações comerciais. Somente compromissos financeiros foram submetidos ao controle do BC. A curiosidade das instituições estrangeiras está voltada, no momento, para a direção que Pastore dará aos recursos da fase 1 que, não aplicados, o BC assumiu

Coelho acha fundamental que sejam regulados, não podendo mais ficar sujeitos a oscilações periódicas. Ele quer a estabilização dos fundos via definição das suas condições de liquidez, o que poderá conseguir breve, uma vez que Pastore anunciou estar em estudo uma regulamentação definitiva. Além da Anbid, o BC está ouvindo a Abrasca, e, nesta terça-feira, representantes das duas enti-

como tomador final.

"Temos muitas idéias para o uso do dinheiro", disse Pastore, "mas não estamos dispostos a divulgar ainda." Acrescentou, porém, que o dinheiro não vai para as estatais, como os próprios credores estavam prevendo, já que a captação dessas empresas em dólares, cruzeiros e créditos de fornecedor já tocou nos limites orçamentários.